

AGROECOLOGIA E RECAMPESINIZAÇÃO NO CONTEXTO DE CRISE AGROAMBIENTAL – ABORDAGENS TERRITORIAIS

Nara Martins Correa de Oliveira.
PRODEMA-UFPE
naracorreia@gmail.com

RESUMO

Neste ensaio defendemos que a agroecologia pode ser considerada um processo de recampesinização contemporâneo, se analisada a partir das suas premissas básicas de integração aos processos cooperativos de produção aliados ao manejo ecológico da terra. Desta forma, o agroecossistema assume lugar central que visa integrar a sustentabilidade na produção agrícola promovendo um contraponto à crescente crise agroambiental. Esta aproximação é situada no contexto das abordagens territoriais, como forma de garantir a autonomia e identidade local.

Palavras chave: Campesinato; Território; Agroecologia

INTRODUÇÃO

Este ensaio levanta a possibilidade do movimento agroecológico servir como motor para um rompante campesino contemporâneo, tendência chamada por Ploeg de *trajetória de recampesinização*, que tem como essência a “luta por autonomia e sobrevivência em um contexto de privação e dependência” (2013, p.23). Incluindo como ponto essencial neste processo a necessidade de reorientação da produção agrícola em consonância com a preservação do ecossistema, já que a produção de base agroecológica se mostra uma resposta efetiva ao modelo excludente exemplificado pelo agronegócio. Tem-se na agroecologia uma perspectiva agregadora de características de produção solidária e sustentável que se vincula a espaços construídos socialmente, a partir de demandas locais e autônomas. Para entender este processo ainda em curso, é preciso correlacioná-lo com a problemática dos territórios enquanto espaços:

constituídos a partir de critérios sociais, culturais, geográficos, econômicos e políticos, de modo que sua delimitação deveria representar o espaço historicamente construído,

reconhecido pela sua população enquanto elemento definidor de uma identidade coletiva (CAVALCANTI, 2014, p.30).

Diante disso, e tendo o território como delimitação espacial de identificação coletiva, soma-se a produção de base agroecológica como aporte estrutural para a sustentabilidade dos ecossistemas, suportando a recampesinização e oferecendo uma resposta satisfatória aos índices negativos gerados pelo modelo do agronegócio.

Os objetivos deste trabalho são:

- Situar os sistemas agroecológicos na promoção de uma recampesinização sustentável (ambientalmente/ temporalmente);
- Explicar que a agroecologia tem seu conceito vinculado ao valor agregado do produto, assim como ocorre na produção campesina, diminuindo as desigualdades e gerando valor local;
- Apontar a agroecologia como uma construção coletiva (movimento/ciência) que pode integrar e contribuir para o desenvolvimento agrícola nos territórios.

FRONTEIRAS DA CRISE AGROAMBIENTAL

Estamos diante de uma crise agroambiental sem precedentes, nunca na história da humanidade houve tamanho incentivo ao empresariado agrário como vemos nos últimos 50 anos. Assim, homens e mulheres são levados a saírem do campo buscando novos meios de subsistência na cidade. Essas pessoas, expulsas da terra, já não mais possuem seu instrumento de produção, e se veem obrigadas a vender sua força de trabalho nas cidades onde estão sujeitas a exploração, baixos salários e miséria (GONÇALVES, 2011). Essa crise impulsionada pelas políticas de modernização agrícola foi gestada desde meados dos anos 1930, quando a sociedade brasileira assumiu “uma nova fase no seu processo de desenvolvimento que se caracteriza pelo caráter urbano-industrial hegemônico” (WANDERLEY, 2011, p.23). A década de 50 ficou marcada pelas políticas de incentivo à modernização da agricultura onde verificou-se o incentivo ao aumento da produtividade baseada no consumo de insumos e no fomento ao uso da tecnologia, estes fatores formam o que se denominou de *revolução verde*, com isso a:

[...] expansão da agricultura “moderna” ocorre concomitante a constituição do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, alterando as formas de produção agrícola e gerando efeitos sobre o meio ambiente. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na “modernização da agricultura”, são eivadas de desigualdades e privilégios (BALSAN, 2006, p.125).

Toda esta construção política comprometeu significativamente o modo de produção da agricultura no país, no que diz respeito a manutenção dos agricultores no campo e a disponibilidade

alimentar dessas famílias. Sendo assim, o processo de guinada no modelo de produção que norteou o desenvolvimento no Brasil teve então seu início. O que pode ser verificado ao constatar o incentivo de programas de industrialização voltados para o “desenvolvimento” agrícola, como a produção de maquinaria e equipamentos, e aporte às pesquisas em fertilizantes.

O modo camponês de produção foi (em grande parte) substituído pelo crescente empresariado rural que transformou o processo produtivo objetivando sua inserção no mercado. Dessa forma a produção para subsistência é posta de lado e volta-se o olhar para produção de variedades valoradas economicamente, onde nota-se a forte “transformação da economia agrária numa fonte produtora excedentes apropriados pelos setores urbanos hegemônicos” (WANDERLEY, 2011, p.25), o que motiva a desagregação e perda da autonomia campesina e do seu modo próprio de produção.

Seguramente esse modo camponês de fazer agricultura, por vezes reduzido a apenas o cultivo em si, à agricultura de forma estrita, porém numa análise mais estruturada observa-se que o modo campesino de produção inclui diversos elementos inerentes a esta condição que não se encontram presentes em outros modos de fazer agricultura. De fato, seu envolvimento e complexidade, é uma característica marcante de sua condição, pois:

[...] os camponeses onde quer que vivam relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura. (...) da mesma forma [eles] formulam e reformulam os processos de produção agrícola em realidade que contrastam significativamente com aquelas criadas por agricultores empresariais e capitalistas (PLOEG, 2013, p.37).

Percebe-se que esta redução do modo campesino está seguida de uma ampliação das fronteiras do agronegócio com o aumento extensivo das áreas cultivadas. No conjunto destas transformações tem-se como resultado o grande impacto socioambiental gerado com a modernização agrícola que exclui e dizima formas altamente adaptadas de fazer agricultura. Dentre estes impactos citamos por exemplo, a perda da biodiversidade, a erosão do solo, o processo crescente de desertificação, o aumento da exclusão e desigualdades sociais, o aumento da dependência aos insumos externos e o endividamento dos agricultores.

Imersos neste contexto, ressaltamos que a alarmante utilização de pesticidas¹ na produção agrícola no Brasil ultrapassa quaisquer denominações de racionalização de processos, já que implicitamente substâncias tóxicas estão compondo a alimentação humana, por um direcionamento decidido de ampliação de capital. Segundo Altieri (2012): “o Brasil passou a ostentar o nada honroso título de campeão mundial no consumo de agrotóxicos e que variedades transgênicas de importantes

¹ A associação brasileira de saúde coletiva lidera uma campanha nacional para a erradicação do consumo de agrotóxicos e publica regularmente documentos como o Dossiê Abrasco 2015, que apresenta estudos “que revelam evidências científicas e correlação direta entre uso de agrotóxicos e problemas de saúde”. O documento pode ser acessado em: <http://abrasco.org.br/dossieagrototoxicos>

espécies foram oficialmente liberadas, abrindo caminho para sua ampla disseminação” (ALTIERI, 2012, p.10)

Essa irracionalidade tem em sua gênese diretrizes políticas que visam favorecer o empresariado do campo – o agronegócio, apesar deste mesmo modelo já ser comprovadamente causador dos vários impactos ambientais já citados sem precedentes na história da humanidade. É este paradigma que está no centro do impasse atual, pois: “[...] quando a agricultura se organiza e se desenvolve através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia e/ou contamina cada vez mais o ambiente circundante, estamos perante uma crise “agroambiental” (PLOEG 2013, p.27).

Estas fronteiras da crise nos permitem apontar para experiências agrárias que dialogam com a economia, entretanto não perdem o foco da manutenção da autonomia e da cooperação ambiental, do senso comunitário, e da relação íntima com a terra. Crescentes experiências nos levam a constatar que a agroecologia se legitima como modelo alternativo à agricultura empresarial e que também assume seu modo produtivo próprio, vinculando vários aspectos sociais no *fazer agricultura*.

AGROECOLOGIA E RECAMPESINIZAÇÃO

Neste contexto de crise agroambiental a agroecologia se mostra como caminho de base para o processo de recampesinização. A importância deste movimento se viabiliza como resposta a exclusão de agricultores institucionalizada nas políticas e programas de incentivo à modernização agrícola.

Consolidada em princípios que garantem a permanência da produção no tempo, o manejo agroecológico se insere na complexidade ambiental, pois considera o:

[...] entendimento mais profundo da natureza dos ecossistemas e dos princípios por meio dos quais eles funcionam. (...) [tendo a preocupação de] projetar e manejar os agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e economicamente viáveis (ALTIERI, 2012, p.105).

Entender a agroecologia enquanto movimento capaz de reabilitar relações camponesas de produção, agregando a cooperação ambiental como elemento alternativo frente à crise contextualizada, é trazer o debate acerca dos processos de recampesinização para meio teórico. Somando-se a isso, a necessidade de enfrentamento do atual modelo produtivista vigente, que tanto exclui como nega o direito à produção sustentada.

A unidade produtiva denominada de *agroecossistema* permite uma cooperação interespecífica² que atua para a manutenção do sistema produtivo e da biodiversidade. Conway (1987) define agroecossistema como sistemas ecológicos modificados pelos seres humanos com a finalidade da produção agrícola, nos quais as inúmeras possibilidades de relações coexistem de forma adaptada. O conceito de agroecossistema está no cerne do entendimento da agroecologia enquanto modo de fazer agricultura, pois ao ampliar o processo para além da técnica utilizada, inclui elementos dos “níveis ecológicos e sociais de coevolução estrutura e funcionamento. (...) [ênfatizando as] “inter-relações entre seus componentes e a dinâmica complexa dos processos ecológicos” (ALTIERI, 2012, p.105).

A coprodução gerada com o manejo do agroecossistema permite que o agricultor se descentralize do processo produtivo e interaja com ele de forma dinâmica, multidirecional e mútua. Neste formato, há ganhos compartilhados entre as partes constituintes do processo produtivo, incluindo as relações econômicas, para Ploeg (2013) a coprodução é uma característica essencial do campesinato “na coprodução a interação entre o homem e a natureza viva é decisiva – ela distingue o rural do urbano (Ploeg, 1976)”. (...) é importante referir que é através da coprodução que o progresso é alcançado” (PLOEG, 2013, p.41).

A agroecologia assume, assim as características fundamentais da condição camponesa listadas por Ploeg:

(1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e autogerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem como mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e a fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia, e, dessa forma (8) reduzem a dependência. (...) [podem ainda ser] (9) fortalecidos através de outras atividades não agrícolas. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações (PLOEG, 2013, p.40).

Neste sentido, podemos falar de agroecologia enquanto movimento de recampesinização, já que ao incorporar estes elementos da qualidade camponesa ela, dignifica a luta por autonomia. Somando-se esforços teóricos, encontramos em Eric Wolf características da condição camponesa que agregam elementos para esta integração, assim como observamos na agroecologia, pois para ele esta condição representa

Um sistema social demarcado com limites nítidos, tanto em relação aos de fora como aos de dentro. Ela tem identidade estrutural ao longo do tempo. Vista de fora, a comunidade como um todo realiza uma série de atividades e sustenta certas “representações coletivas”. Vista de dentro ela define os direitos e deveres de seus membros e prescreve grande parte do seu comportamento (WOLF, 2003, p.123)

² Aqui, queremos enfatizar que agir de forma interespecífica, corresponde a relações entre indivíduos ou grupos de indivíduos de espécies diferentes que podem ser harmônicas ou desarmônicas. No caso da agroecologia o foco no agroecossistema, é facilitador da construção positiva entre as partes.

Assim, aceitamos que a agroecologia pode ser considerada em visão estrita como um processo de recampesinização. E dessa forma contribuir como uma vertente de possibilidades na contingência da atual crise agroambiental, com provocações acerca de um outro modelo de se fazer agricultura, de se fazer economia e quiçá de se fazer política. Pois como salienta Wanderley “A autonomia é demográfica, social e econômica” (1996, p.03).

TERRITÓRIOS AGROECOLÓGICOS – AUTONOMIA E COOPERAÇÃO

Segundo Wanderley, há uma ligação profunda entre o camponês e o território por ele ocupado. Nesta relação estão inseridos elementos de convivência, interdependência e trabalho, que distinguem o modo campesino, é neste território que “o camponês convive com outras categorias sociais e onde se desenvolve uma forma de sociabilidade específica, que ultrapassa os laços familiares e de parentesco” (1996, p. 05).

O conceito de território é complexo e exige um corpo teórico que este artigo não tem pretensão de detalhar, entretanto utilizamos como definição simples o entendimento de que territórios são recortes espaciais socialmente e historicamente determinados (SAQUET, 2013).

A abordagem territorial da agroecologia é baseada na autonomia demográfica, que mantém os vínculos indenitários comuns, principalmente ao que diz respeito a visão integrada do agroecossistema. Neste sentido, integrar a dimensão territorial no discurso agroecológico é fornecer visibilidade aos contornos espaciais socialmente construídos e que se distinguem através de redes articuladas, pelas quais ocorrem as dinâmicas interespecíficas deste grupo social. Como bem afirma Vieira [et al] (2010)

No rol destes processos estão incluídas entre outras, a criação de novas formas de reciprocidade econômica, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo; a estruturação de sistemas produtivos locais em zonas rurais, integrados em redes (...) que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividades não agrícola, no meio rural (Ibidem, p.06).

Tomando o caráter espacial difuso deste grupo específico, muito se ganha ao incorporar a abordagem territorial, já que como diz Abramovay “o meio rural vai muito além da sua agricultura e a compreensão de sua dinâmica exige que se analise a maneira como nele interagem os diferentes atores sociais” (ABRAMOVAY, in: VIEIRA, 2010, p. 27).

No contexto de crise agroambiental o fomento aos processos territoriais assume caráter essencial, já que as fronteiras naturais não correspondem às fronteiras políticas, sendo o território um importante instrumento de governança local e ambientalmente pautado nas relações entre os sistemas sociais e ecológicos. A autonomia e cooperação características do movimento agroecológico residem no campo da interdependência mútua compartilhada em rede e ampliada à sociedade geral, salientando a

não reprodução das atuais estruturas, mas sim coproduzindo com a natureza suas formas próprias de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto concluímos em breves palavras, que o processo de recampesinização pode ser expressado também através da agroecologia, se expandindo em redes articuladas onde predominam formas cooperativas e autônomas, e que trazem todas as características do campesinato. Assim como a abordagem territorial é consegue ampliar a visibilidade da governança inerente às redes formadas, mostrando as interconectividades e dinâmica próprias do campesinato.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. AS-PTA Rio de Janeiro. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

BALSAN, Rosane. *Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira*. In: **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. V. 1, n. 2, p. 123-151, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/Hp/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf> Acesso em 04 de julho de 2015.

CAVALCANTI, J.S.B. (org.). **Participação Território e Cidadania: um olhar sobre a política territorial no Brasil**. Recife: UFPE, 2014.

CONWAY, G. R. The properties of the agroecosystems. In: **Agricultural Systems**. Volume 24, Issue 2, Pages 81-163, 1987. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/journal/0308521X/24/2>> Acesso em 02 de janeiro de 2015.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, UFRGS, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Editora Outras Expressões, 3 ed., 2013.

SHANIN, T. **A definição de camponês: Conceituações e desconceituações**. Revista Estudos Cebrap. Disponível em: <

http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/a_definicao_de_campones.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2015.

VIEIRA, Paulo Freire; CAZELLA, Ademir; CERDAN, Claire; CARRIÉRE, Jean-Paul (Org.).

Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil - Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.**

Campinas: UNICAMP, 2011.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder.** Feldman-Bianco; Lins Ribeiro (org.). São Paulo: Editora

Unicamp, 2003.